

Desafios dos projetos de extensão no contexto da cultura neoliberal: reflexões a partir da prática do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Brasília

CILENE SEBASTIANA BRAGA LINS¹
OZANIRA FERREIRA DA COSTA²

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo fazer uma reflexão acerca dos desafios dos projetos de Extensão a partir das práticas do Serviço Social da UCB. Com base em revisão bibliográfica, pontua a realidade histórica dos atores no que tange às questões econômicas, sociais e políticas e sua relação com os valores neoliberais reproduzidos no cotidiano desse processo. Finaliza abordando o desafio de refletir sobre uma perspectiva teórica e metodológica que vislumbre tais atores como sujeitos de direitos. **PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo. Extensionalidade. Direitos sociais.

ABSTRACT

This article is intended to make a reflection on the challenges of extension projects, from practices of social service of UCB. Based on bibliographical review, presents the historical reality of the actors in economic and social issues and policies and their relationship with the neoliberal values propagated in daily life of this process. It finishes broaching the challenge of reflecting on a theoretical and methodological perspective that glimpse the actors as subjects of rights. **KEYWORDS:** Neoliberalism. Extensionality. Social rights.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda os desafios da prática da extensão na Universidade Católica de Brasília - UCB, num contexto de fortalecimento do projeto de sociedade de caráter neoliberal. Contexto marcado pela tensão entre um Estado de Direito e suas garantias conquistadas na Constituição Federal de 1988, e os ditames do referido projeto que reduz o papel do Estado no atendimento das necessidades sociais. Sob a ótica neoliberal, os direitos sociais que preveem a participação social ativa do Estado vêm sendo excluídos do discurso e das práticas sociais.

Nossa análise tem como objetivo refletir e apontar desafios dos atores envolvidos na extencionalidade³ diante da realidade das comunidades atendidas nos projetos de Extensão na Universidade Católica de Brasília. Do ponto de vista metodológico, essa reflexão se fundamenta em revisão bibliográfica sobre a temática, e especificamente, nas práticas extensionistas do curso de Serviço Social da UCB, seja com os trabalhadores que coletam material reciclável, com população em situação de rua, com ênfase para crianças e jovens, seja com comunidades pobres do Distrito Federal.

1 Diretora e Professora do Curso de Serviço Social da UCB, Assistente Social e Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Política Social/SER/UnB.

2 Coordenadora do Laboratório de Serviço Social e Professora do Curso de Serviço Social da UCB, Consultora Técnico – Legislativo da Câmara Legislativa do DF, Assistente Social e Doutora em Política Social pela UnB.

3 Faz parte de quatro princípios que rege o marco teórico da Extensão na UCB: Indissociabilidade. Pastoralidade, Extensionalidade e Sustentabilidade. (Diretrizes da Extensão da UCB: 2009)

As Diretrizes da Extensão da UCB (2009) ressaltam que a extensionalidade aponta para o valor ético e político pretendido pela Instituição no seu processo educativo. Esse valor perpassa, transversalmente, as ações de ensino-aprendizagem, a acessibilidade ao conhecimento, as condições para a geração de competências científicas, profissionais e humanas, bem como a conectividade com os setores sociais, econômicos e estatais.

Nessas práticas, percebemos a importância de refletir e debater os fenômenos que acirram o aprofundamento da pobreza e as desigualdades sociais resultantes da concentração de renda e das condições de miséria que levam pessoas a morarem na rua e a

“ Historicamente, a desigualdade social constitui elemento particular da realidade brasileira. ”

teremos direitos constitucionais negados, tais como: os direitos de viver com dignidade; de acessar os serviços públicos; de ter uma moradia; se alimentar; ir à escola; usufruir de espaços de esporte e lazer saudáveis.

Dessa forma, ao pensarmos a realidade, não é possível fazê-lo sem considerar o contexto socioeconômico, político e cultural no qual os atores estão inseridos para podermos refletir sobre as suas condições objetivas de sobrevivência em uma realidade marcada pela insuficiência de serviços e de acesso a direitos sociais garantidos por lei. Para melhor compreensão do leitor, dividimos o texto em quatro itens além dessa introdução. O primeiro item aborda o contexto da crise do capitalismo e o cenário da desigualdade no Brasil. O segundo apresenta aspectos da realidade brasileira no contexto das mudanças das relações de trabalho e seus impactos nas condições de sobrevivência dos trabalhadores. O terceiro trata da pobreza, da cultura neoliberal e sua manifestação na realidade do Distrito Federal e em particular na realidade dos atores que participam dos nossos projetos de extensão. Por fim, concluímos o texto

enfatizando os desafios apresentados para os projetos de extensão na UCB.

O CONTEXTO DA CRISE DO CAPITALISMO E O CENÁRIO DA DESIGUALDADE NO BRASIL

Historicamente, a desigualdade social constitui elemento particular da realidade brasileira. Dessa forma, é imprescindível a análise dessa realidade contextualizando-a no âmbito das mudanças sociais e políticas que ocorreram nos últimos anos, com ênfase à implantação do projeto neoliberal⁴ no Brasil, já nos governos Sarney e Collor de Melo e que tiveram sérios impactos no conjunto das camadas populares. Posteriormente, os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula – que corresponde ao final do século passado e da primeira década deste Século XXI – tiveram como principais características, o fortalecimento desse projeto, com profundas alterações no mundo do trabalho trazendo significativos impactos para o conjunto da classe trabalhadora e suas famílias. Esse movimento acompanhou de forma concomitante as alterações econômicas pelas quais passaram outros países após a década de 1970 em função da reestruturação econômica mundial vivenciada naquele momento histórico.

A crise capitalista mundial vivida a partir da década de 1970 está associada às novas formas de relações sociais estabelecidas para garantir a acumulação do capital. Podemos afirmar que esse é um dos elementos particulares do regime capitalista que sempre vivenciou esse processo, algumas vezes de forma mais intensa e outras menos intensas. As crises de 1930, 1970 e agora, recentemente, a de 2008⁵ foram

4 Neoliberalismo entendido nesse trabalho não apenas como uma “mudança de orientação conjuntural de política, mas como um novo processo de regulação econômica, com a implementação de novas instituições e relações entre capital e trabalho, com as respectivas consequências na distribuição das riquezas, dos recursos e do poder”. Trata-se de um novo modo de acumulação capitalista, encravado nas profundas mudanças tecnológicas e na mundialização da economia. (FALEIROS, 2003, p. 112).

5 Gonçalves (2009) salienta que, nos anos de 2003 a 2008, a economia brasileira teve um desempenho medíocre. A explicação para isso foi a extraordinária vulnerabilidade externa da economia brasileira, as características do modelo neoliberal implantado aqui a partir de 1980 e equívocos das políticas estratégicas do governo Lula.

as que mais tiveram impacto na forma de organização mundial da econômica capitalista, o que chamou a atenção de vários estudiosos. A crise vivenciada no capitalismo após os trinta anos gloriosos foram as que mais chamaram a atenção juntamente com a de 2008. Para analisar esse cenário, utilizamos as contribuições de Mészáros (2002, 2006 e 2009), Harvey (2001) e Chenais (1999).

Harvey (2001) salienta, de forma mais intensa, as metamorfoses que ocorreram no campo cultural para sustentar ideologicamente um novo padrão de regulação econômica. Isso ocorreu por meio do fortalecimento dos juros e de outros mecanismos criados pelas necessidades do mercado e foi indispensável em fazer com que os comportamentos dos indivíduos atendessem aos interesses do grande capital. Essa relação teve como principal objetivo garantir o domínio do mercado por meio da reprodução de valores individualistas nos quais a realização pessoal foi o principal fator definidor da sociedade capitalista tanto no fordismo como no modelo de acumulação flexível (pós-fordismo).

No fordismo, isso ocorria por meio do emprego pleno mais associado às ações do Estado de Bem-Estar; no neoliberalismo, isso ocorreu por meio do fortalecimento do mercado e da ética do trabalho. A reprodução ideológica do modelo neoliberal ocorre à medida que o trabalho é definido como principal fonte de riqueza e solução para todas as necessidades que são atendidas pelo mercado e não pelo Estado de Bem-Estar.

Antunes (2001) afirma que o modelo fordista consolidou-se ao longo do processo de organização da industrialização, caracterizando-se pela produção em massa, controle do tempo, existência do trabalho parcelar, fragmentação das funções e separação entre elaboração e execução no processo de trabalho.

Segundo Harvey (2001), o fordismo foi legitimado após a Segunda Guerra Mundial e teve como grande apoiador as ações do Estado mediante o controle dos ciclos econômicos e combinação de políticas fiscais e monetárias. Houve nesse processo gasto com seguridade social nos países desenvolvidos, objetivando a manutenção do controle do conjunto dos trabalhadores em função das pressões dos

movimentos sociais. Todavia, cabe destacar que tal processo é contraditório, pois atende simultaneamente aos interesses do capital do conjunto da classe trabalhadora. O fordismo está associado ao período dos trinta anos gloriosos do capitalismo, período em

“**A reprodução ideológica do modelo neoliberal ocorre à medida que o trabalho é definido como principal fonte de riqueza e solução para todas as necessidades que são atendidas pelo mercado e não pelo Estado de Bem-Estar.**”

que houve grande número de trabalhadores inseridos no mercado na Europa. Além do fordismo também tivemos a influência das ideias de Keynes.

O problema, tal como via um economista como Keynes, era chegar, a um conjunto estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo em que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam. (HARVEY, 2001, p.124).

A mudança do modelo fordista para um modelo baseado no regime de acumulação flexível ocorre a partir da década de 1960, quando o modelo fordista não atendia mais às necessidades do capitalismo em função de sua rigidez. Os períodos de 1970 e 1980 foram marcados pelos ajustes fiscais e políticos. Esse cenário apresenta a necessidade de flexibilização dos processos de trabalho (o que não era possível no fordismo), de mercado e também de novos padrões de consumo.

O processo de reestruturação produtiva caracteriza-se por uma nova lógica de produção

e mercado. O toyotismo (ANTUNES, 1995) fundamenta-se na necessidade de trabalhadores operarem várias máquinas, aumento da produção sem o aumento do número de trabalhadores, importação de técnicas de gestão americanas de supermercado (produção apenas do necessário e reposição apenas após a venda) e, por fim, a grande marca desse modelo: o trabalho em equipe que rompe com a lógica fordista baseada no trabalho parcelar e hierarquia.

Entre os elementos que farão parte dessa nova lógica de acumulação, segundo o autor, estão:



Essa relação de dominação culmina na construção de processos que valorizam o capital mediante o fortalecimento do mercado. Entre esses elementos, a produção de produtos menos duráveis é também uma característica da nova lógica de acumulação, considerada pelo autor como a produção de uma “sociedade dos descartáveis”.



o desemprego em massa em países desenvolvidos, a entrada maciça do trabalho feminino com baixos salários, o aumento do setor de serviços e o retrocesso do poder sindical. Além disso, houve redução do emprego regular e aumento de trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado. A marca dessa lógica é o predomínio da esfera financeira que culminou na autonomia do sistema bancário e financeiro diferente do fordismo no qual o predomínio baseava-se no financiamento corporativo e estatal (HARVEY, 2001).

Mészáros (2002), assim como Harvey (2001), afirmam em suas análises o domínio do mercado sobre o Estado; essa relação de dominação culmina na construção de processos que valorizam o capital mediante o fortalecimento do mercado. Entre esses elementos, a produção de produtos menos duráveis é também uma característica da nova lógica de acumulação, considerada pelo autor como a produção de uma “sociedade dos descartáveis”. O Estado é considerado o “patrocinador direto” desses processos fornecendo meios necessários para a consolidação dessa relação, como o financiamento de pesquisas tecnológicas voltadas para a acumulação capitalista. O conhecimento torna-se uma das mais importantes estratégias dentro do processo de acumulação. Harvey (2001) salienta que o controle do fluxo de informações e dos veículos de propagação voltados para a cultura popular adquiriu grande espaço na batalha pela competitividade.

Chenais (1999) também aponta algumas questões ligadas à crise mundial. Para ele, significa muito mais do que a internacionalização do capital. O neoliberalismo é marcado pela hegemonia política, econômica e cultural. As mudanças, segundo o autor, têm como eixo principal a saída de relações baseadas no fordismo para o regime de acumulação financeirizada. Esse regime tem como características: desemprego em massa, ampliação das desigualdades entre os países, produção baseada em serviços, acumulação de curto prazo e polivalência da mão de obra, entre outros. O que observamos é um conjunto de ações voltadas para uma nova organização do sistema capitalista que não pode perder o controle do processo de produção e acumulação de riqueza. Segundo Harvey (2001):

O argumento marxista é, por conseguinte, que a tendência de superacumulação nunca pode ser eliminada sob o capitalismo. A única questão, portanto, é como exprimir, conter, absorver ou administrar essa tendência de maneira que não ameacem a ordem social capitalista. (HARVEY, 2001, p.169).

Como as relações são marcadas por interesses diversos, e o capitalismo sempre é hegemônico, essas metamorfoses tiveram consequências negativas para o conjunto dos trabalhadores assalariados. No Brasil, a realidade do mundo do trabalho é marcada por

uma política que sempre privilegiou os interesses do capital, apesar do permanente conflito entre patrões e empregados. Essa relação culminou na criação da consolidação das Leis trabalhistas no governo Getúlio Vargas. Todavia, cabe destacar que, no Brasil, historicamente, sempre tivemos mais de 50% dos trabalhadores fora desse sistema de regulação em função do grande número de trabalhadores inseridos na informalidade.

A REALIDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SEUS IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA DOS ATORES SOCIAIS

No Brasil, esse cenário também teve impactos significativos principalmente a partir da década de 1990 apesar de historicamente sempre existir a particularidade de termos um grande número de trabalhadores vivendo na informalidade. Segundo Pochamann (2001), o fenômeno da informalidade no trabalho se originou durante o governo Collor quando foram construídas novas bases para o processo de modernização nacional, com destaque para dois grandes fatores: abertura comercial e a reformulação do papel do Estado. O primeiro contribuiu para a criação de novos padrões e normas internacionais de concorrência e de produção, como a criação de programas de qualidade total. O segundo foi ancorado na privatização do setor público estatal e na reforma da administração pública com o discurso de maior agilidade e modernidade ao setor privado. Cabe destacar também a estabilidade monetária ancorada no dólar, peça chave do governo Collor, segundo o autor citado, que abriu caminhos para um maior endividamento externo e a atração por investimentos estrangeiros.

Cabe lembrar que o Brasil viveu um momento complexo na década anterior, denominado por alguns autores como década perdida em função do processo hiperinflacionário, da estagnação da renda per capita e da redução da taxa de investimento, processo este que estava relacionado ao fracasso da economia brasileira durante o período. O resultado foi a continuidade do cenário econômico e social vivido na década de 1990, na medida em que houve o avanço de

ocupações precarizadas e um aumento significativo do número de ocupações na área de Serviços, Comércio e Agropecuária. Acompanhando esse movimento, observamos o aumento de emprego para profissionais com nível superior (POCHAMANN, 2001). E, segundo o mesmo autor, outra característica importante desse período está associada ao crescimento da participação feminina nos postos de trabalhos, principalmente nos serviços básicos e de direção de nível superior.

Gonzalez (2009) salienta que o discurso dos autores a favor da flexibilização das relações de trabalho no Brasil tem como elemento e principal bandeira as necessidades de “adaptação” das mulheres ao mercado de trabalho, levando sempre em consideração suas necessidades como mães e como responsáveis pelas atividades domésticas. Para resolver essa questão, propõe a entrada das mulheres na informalidade como “opção”.

Trabalhadores poderiam ainda optar pela informalidade porque esta situação, supostamente, permitiria maior independência por exemplo. Entende-se que mulheres procuram com alguma frequência empregos mais flexíveis, de tempo parcial, menos orientados para a construção de uma carreira, o que lhes permitiria não descuidar das responsabilidades domésticas. Como a atual legislação trabalhista não oferece ensejo para que alguns direitos sejam negociados – nem mesmo por mútuo consentimento –, a estratégia para estes casos também seria a informalidade. (GONZALES, 2009, p. 104).

Essa postura mostra uma concepção machista do espaço da mulher na sociedade. Um estudo realizado por Lins (2002), com mulheres trabalhadoras de uma feira localizada em Brasília-DF, mostra que as mulheres não estão inseridas nesses espaços ocupacionais por opção, mas em função da falta de empregos e como única opção de sobrevivência. Na feira, elas trabalham de domingo a domingo, o que mostra que essas relações de trabalho não atendem ao discurso dos que defendem a flexibilização como alternativa já que no capitalismo não existem possibilidades de escolhas. Cabe lembrar que, na Cooperativa Reciclo, mais de 50% dos grupos cooperados são constituídos de mulheres.

Tavares (2004), ao fazer análise do conceito de setor informal, destaca a insustentabilidade teórica

do conceito, principalmente quando observa que sua utilização serve para atender aos interesses do grande capital na medida em que os neoliberais dividem a economia em formal e informal. Segundo a autora, esse discurso é reproduzido nos documentos oficiais da Organização Internacional do Trabalho – OIT. “A partir da classificação adotada por essa matriz, não há consistência lógica nas proposições neoliberais, pois as atividades de sobrevivência são colocadas no âmbito das políticas de assistência e os demais trabalhos por conta própria são encarados como uma empresa” (TAVARES, 2004, p. 34).

“ Observamos que, com a crise mundial, a realidade brasileira passou também por mudanças significativas que tiveram reflexos no conjunto da classe trabalhadora com o aumento da informalidade, da entrada das mulheres no mercado de trabalho com baixos salários, maior incentivo à construção de “pequenas empresas” e “economias solidárias”. ”

Esse discurso mostra com clareza como o grande capital mascara as reais condições de trabalho no Brasil e nos países do chamado Terceiro Mundo. As condições dadas a essas pessoas são de ficar dependentes das grandes empresas. Segundo a autora, o que muda nessa relação é que o pequeno empresário, ao invés de ter um patrão, passa a chamar o grande capitalista de cliente. Para Tavares (2004, p.34), se a relação entre um pequeno patrão e um grande capitalista é entre iguais, é evidente que, sob essa ótica “o setor informal” “foi reduzido às atividades de sobrevivência, o que adultera a concepção oitiana.”

Ainda segundo a autora citada, essa relação serve para o fortalecimento da geração de ocupações de baixo custo para os segmentos mais pobres e não para o fortalecimento de políticas de emprego. É uma forma de reproduzir um grande contingente de pobres, mascarando suas reais condições de sobrevivência no sistema capitalista na medida em que os segmentos pobres são considerados “pequenos empresários” ou “empreendedores”. As orientações dessas instituições como a OIT e o Banco Mundial servem, na verdade, para encobrir a relação entre capital e trabalho presente nesse processo para encarar o desemprego como um problema social e não como um elemento orgânico da sociedade capitalista.

Observamos que, com a crise mundial, a realidade brasileira passou também por mudanças significativas que tiveram reflexos no conjunto da classe trabalhadora com o aumento da informalidade, da entrada das mulheres no mercado de trabalho com baixos salários, maior incentivo à construção de “pequenas empresas” e “economias solidárias”. Tais fatores se sobressaíram baseados no discurso da necessidade de flexibilização do trabalho para que o Brasil pudesse ter condições de concorrer economicamente no cenário internacional.

POBREZA, CULTURA NEOLIBERAL E DESIGUALDADE SOCIAL: O DISTRITO FEDERAL NO CONTEXTO DA REALIDADE BRASILEIRA

Pereira (2006), ao abordar a questão da pobreza no Brasil, ressalta que ela é tão antiga quanto os primeiros tipos históricos da sociedade. Ela lembra que, desde suas origens até os dias atuais, vários foram os conceitos e causas indicadas para identificá-la e diversas foram as formas pensadas para combatê-la ou reduzi-la. A autora enfatiza que, antes de fazer uma análise do fenômeno social “pobreza”, é necessário entender o seu significado. E para isso cita a definição de Townsend, um dos pesquisadores mais influentes do século XX, que, ao analisar o fenômeno da pobreza, mostra a necessidade de se considerar as diferenças econômicas, históricas e culturais entre países (TOWNSEND apud PEREIRA, 2006).

Quanto à realidade brasileira, Pereira (2006) afirma que a situação de pobreza pode ser originada

ou pela escassez de recursos ou pela má distribuição dos recursos existentes. Ela utiliza dados do IPEA⁶ para demonstrar que o problema do Brasil não está ligado à pobreza em termos de ausência de recursos, mas à extrema desigualdade, fruto de ausência de medidas redistributivas que retirem das elites recursos para serem transferidos aos mais pobres. Diante disso, concordamos com o posicionamento da autora quando afirma que a pobreza nunca foi considerada uma prioridade nacional e os pobres não podem ser vistos como “parasitas” que recebem benesses do Estado. “Ao contrário, a realidade demonstra que todas as horas disponíveis são empregadas pelos pobres nas suas estratégias de sobrevivência. Mas cabe ressaltar que a pobreza, por ser um fenômeno histórico, e não natural, tem solução” (PEREIRA, 2006, p. 249).

Para Pereira (2000) a ideologia liberal tem como orientação que as desigualdades sociais são fenômenos naturais. Portanto, para eles, as desigualdades não podem ser descritas como justas ou injustas. Em função disso, os neoliberais são contra as perspectivas Keynesianas, que defendem a intervenção no Estado na economia e sua responsabilidade da viabilização de um conjunto de políticas sociais direcionais àqueles que estão fora do mercado de trabalho. Esse processo terá resultados diretos no conjunto de políticas criadas após a crise do *Welfare State*.

É nesse processo que o neoliberalismo se fortalece, expandindo sua concepção de mundo e seus interesses, defendendo a liberdade do mercado, naturalização da pobreza e o desmonte dos direitos sociais. “Se o Estado tiver que intervir em situações sociais críticas, dizem eles [os neoliberais], será em último caso, como ato humanitário, sem conotação de direitos e deveres, e com uma provisão mínima para não retirar dos beneficiários o incentivo ao trabalho” (PEREIRA, 2008).

Para Faleiros (2003), o projeto neoliberal é um novo modelo de acumulação capitalista, enraizado nas profundas transformações tecnológicas e na mundialização da economia. Pereira (2006a) em complementaridade a Faleiros, ao tratar do projeto neoliberal, afirma que atualmente se vive um ciclo de desenvolvimento capitalista complexo e sofisticado,

caracterizado por um processo de globalização, monitorado pela ideologia neoliberal que desconsidera a cultura dos movimentos democráticos, indicando novas referências e impulsionado pelos processos acelerados de produção de novos conhecimentos e de novas tecnologias.

No âmbito desse ciclo, concordando-se com Pereira (2006a), as transformações que acontecem não se limitam às relações econômicas, mas se prolongam ao espaço da política, da ideologia e da cultura, entranhando-se nas profissões, nas ciências, nas artes, nas instituições de pesquisas,

“**A pobreza nunca foi considerada uma prioridade nacional e os pobres não podem ser vistos como “parasitas” que recebem benesses do Estado.**”

nos meios de comunicação e, por que não dizer, nos processos de extencionalidade. Para os defensores do neoliberalismo,

[...] não existem necessidades sociais, mas preferências individuais, que só podem ser supridas pelo mercado. Da mesma forma, não existem direitos sociais porque estes, a seu ver, dependem, para a sua realização, de vultosos recursos materiais e financeiros, frequentemente inexistentes; por isso, os verdadeiros direitos na visão neoliberal são os individuais (especialmente os civis), associados a um tipo de liberdade, tida como negativa, porque nega qualquer intervenção pública sobre assuntos privados, incluindo a proteção social do Estado aos cidadãos. (PEREIRA, 2006a, p.15-16).

Sob esse ponto de vista, Pereira (2006a) afirma que a pobreza, a falta de saúde, a ignorância, a falta de emprego e o desabrigo podem, no máximo, ser compreendidos como eventos negativos para a sociedade, mas não injustos, porque não se pode culpabilizar ninguém pela sua ocorrência. No

⁶ IPEA, com base nos dados do relatório do PNUD de 1999.

neoliberalismo, as políticas sociais universais são substituídas por políticas focalizadas na extrema pobreza, caracterizadas pelo estigma, no qual, além de culpabilizados, os atores são considerados “vagabundos”, “mal cheirosos”, “preguiçosos”; por serviços de baixa qualidade, nos quais vale a premissa de que para pobre “qualquer coisa vale”; pela arbitrariedade no corte seletivo para a focalização, dando margem ao clientelismo e favoritismo; pela

“ Historicamente, no Brasil, a legislação, a política e os programas voltados à criança foram construídos sob a ótica da repressão aos “menores” e as crianças beneficiadas eram as que representavam ameaça à sociedade, constatadas e verificadas pelos cidadãos tidos como de “bem”. ”

ampliação da pobreza, já que tais políticas deixam desprotegidos setores significativos dos pobres, que não se encaixaram no formato da miséria.

Segundo Faleiros (2003), a ofensiva contra a Proteção Social se dá em nome do mercado. O autor apresenta duas vertentes: uma que busca garantir o bem-estar do Estado para o mercado e outra que dá grande peso à responsabilização da família e do indivíduo. Diante disso, o autor afirma “que as duas vertentes se inscrevem no mesmo processo de redução do Estado de Proteção Social”. (FALEIROS, 2003, p.111).

Singly (2007), ao apresentar um quadro sobre a família na contemporaneidade, parte da realidade francesa para mergulhar nas perspectivas apresentadas pelos sociólogos quanto às explicações da realidade da família nessa conjuntura. Destaca o fato de a família

ser avaliada pelo resultado escolar dos filhos. No Brasil, essa questão está presente nas relações reproduzidas nas condicionalidades impostas às famílias nos programas de Assistência Social, como se as mazelas da sociedade resultassem apenas da ausência de educação e não da falta de distribuição de riqueza de forma mais justa. A penalização, nesse contexto, recai sobre a família que não sabe “educar” seus filhos.

Historicamente, no Brasil, a legislação, a política e os programas voltados à criança foram construídos sob a ótica da repressão aos “menores” e as crianças beneficiadas eram as que representavam ameaça à sociedade, constatadas e verificadas pelos cidadãos tidos como de “bem”. A infância não era sequer reconhecida socialmente. Atualmente, a relevância do sistema de proteção à infância é real e significativa, mas ainda persiste a “culpabilização” no âmbito das políticas sociais, na medida em que são criadas condicionalidades. A ideia da “culpabilização”, lamentavelmente, é reproduzida culturalmente em vários discursos do senso comum e essa contradição, refletida na política social, evidencia o abandono da concepção do Estado de Direito, previsto constitucionalmente, e no deslocamento da discussão da pobreza pautada na questão social para ausência de capacidades individuais.

A DESIGUALDADE SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL E OS DESAFIOS PARA A EXTENSIONALIDADE

É no contexto do modelo de sociedade anteriormente mencionado que se insere a realidade do Distrito Federal. Este é considerado líder em termos de qualidade de vida entre as Unidades da Federação e possui índice de Desenvolvimento Humano (IDH) acima da média brasileira, aproximando-se dos índices dos melhores países do mundo (CEPAL; PNUD; OIT, 2008). Não obstante, o Distrito Federal também se sobressai, de forma contraditória e aprofundando as consequências do modelo neoliberal, ocupando as primeiras posições do *ranking* nacional de desigualdade, com um elevado nível de concentração de renda e de desemprego, como pode ser confirmado em matéria divulgada recentemente pelo Jornal Correio Brasiliense.

O Jornal, mencionando os últimos dados da pesquisa do IBGE (2010), afirma que a capital federal não conseguiu vencer a concentração de renda; as disparidades entre as classes da população no DF são menores do que as do Piauí e ainda compara os níveis de desigualdade entre as cidades do DF.

Elas não moram tão longe uma da outra. A distância é de pouco mais de 20 quilômetros. Mas as vidas de Eгна Gomes Rodrigues, 28 anos, e de Yelva Maria Braga Ribeiro, 57, são bem opostas. A primeira mora na Estrutural, a invasão que virou cidade. Trabalha como gari, varrendo ruas sob o sol escaldante. Por mês, ganha um salário mínimo, ou seja, R\$ 510, mais alguns benefícios. A segunda vive no Lago Sul, o bairro mais nobre do Distrito Federal. Passou em concurso público para um órgão do governo local e desfruta de uma renda mensal de cerca de R\$ 15 mil.⁷

Nessa perspectiva, a Brasília futurista, ao mesmo tempo em que encanta, engana, mascara e camufla a outra dimensão do DF, onde também compõe a visão urbana, as carroças, as famílias de trabalhadores desempregados que vêm das cidades periféricas do DF ou do entorno e mendigam ou catam papel como forma de sobrevivência e moram nas ruas; as crianças e adolescentes exploradas sexualmente, trabalhando ou morando nas ruas; jovens pobres, sem perspectiva de acesso às condições de desenvolvimento adequadas.

É nessa realidade, que se situam as comunidades – centro das nossas ações de extensionalidade – constituídas de famílias, homens e mulheres, crianças, jovens e idosos, sujeitos de direitos, de desejos e sonhos que fazem par com outros tantos atores que, não conseguindo acessar as políticas públicas, revelam e desnudam, de forma significativa, a outra face do DF e são responsabilizados pelas consequências do modelo perverso de sociedade.

Baseadas nesses pressupostos, afirmamos a importância de situar, historicamente, as causas que resultam no alto índice de pobreza, de desigualdade e no não acesso aos serviços que, constitucionalmente,⁸ deveriam ser oferecidos pelo Estado, tais como saúde, educação, moradia. Nesse processo, observamos a

necessidade de uma apreensão crítica da realidade evitando a reprodução da cultura estigmatizante e de culpabilização da pobreza.

Entendemos que os Projetos de Extensão fazem parte de uma perspectiva pedagógica de conhecimento que contribui para a produção e socialização de saberes.

“
Observamos a necessidade de uma apreensão crítica da realidade evitando a reprodução da cultura estigmatizante e de culpabilização da pobreza.
”

Logo, é diferente de Políticas Sociais que deveriam ser viabilizadas pelo Estado. Entretanto, não podemos operacionalizar as ações de extensão de forma simplista e sem embasamento reflexivo e teórico que permita condições de uma leitura crítica de funcionamento da sociedade e de pensar seus impactos na vida dos atores em questão. Ademais, concordando com Cunha e Faria (2008),

A extensão universitária situa-se como espaço de reflexões teóricas e produção de metodologias em diferentes áreas do saber. Elas subsidiam a formulação de políticas sociais no contexto do Estado e da sociedade civil mobilizando a produção de debates, estudos, pesquisas e enfatizando a compreensão histórica, social econômica, política e ambiental. Realiza a difusão e a coletivização da cultura universal e a valorização da cultura regional (CUNHA & FARIA, 2008, p.91).

A política de extensão da UCB considera a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscando potencializar as competências e habilidades do educador e do estudante, oferecer consistência às ações comunitárias, logrando, assim, as finalidades mais significativas da educação. Ao mesmo tempo, essa política, considerando a indissociabilidade, vislumbra a formação do educando e a transformação social, indicando afinidade com o pensamento de Cunha &

⁷ Jornal Correio Brasiliense. *Caderno Cidades*, 15 set. 2010.

⁸ No Distrito Federal, o acesso a creche é muito limitado, não atinge nem 50% do número de crianças que deveriam ter acesso a esse serviço.

Faria (2008) ao se reportar à política de Extensão da Universidade Católica de Goiás e afirmar que esta deve se consolidar enquanto práxis social como parte da realidade, para ser um *locus* privilegiado que estimula a apreensão crítica da realidade e formulação reflexiva de conteúdos da formação e do perfil profissional, para conquistar a relação com a pesquisa, suscitada pela prática social, bem como pelas demandas apresentadas pela sociedade.

PONTOS CONCLUSIVOS

Diante do exposto e tendo em vista os processos que envolvem sociedade, universidade e o contexto neoliberal, apresentamos alguns pontos a guisa de contribuição para o debate acerca do tema em questão. Não pretendemos concluir a discussão, mas, apontar elementos para pensar os projetos de Extensão da UCB, considerando as quatro dimensões que os rege: a pastoralidade, a indissociabilidade, a extensionalidade e a sustentabilidade. Considerando que esses projetos incluem estudantes, professores, funcionários e representantes de segmentos sociais, indagamos: Como estes atores compreendem a dinâmica societária e a situação de pobreza das pessoas e comunidades no âmbito dos projetos de extensão?

Sobre essa indagação, apontamos três desafios. Primeiro, a importância de construir e socializar uma leitura crítica sobre os motivos pelos quais as comunidades e pessoas estão sendo atendidas pela universidade. Nessa perspectiva, refletir sobre os processos históricos, sociais e econômicos que contribuíram para a emergência dessa demanda.

Segundo, analisar o impacto das ações de extensão junto às comunidades e pessoas quanto à tomada de consciência destas, no que se refere ao acesso aos serviços públicos constitucionalmente garantidos, e que não são viabilizados pelo Estado. É importante propormos ações que contribuam para a socialização de saberes entre os atores (professores, funcionários, estudantes e comunidades) de forma que resulte em um processo de aprendizagem de ambas as partes. Pensar o processo de aprendizagem da Comunidade visando o acesso aos direitos sociais e injustiças sociais.

E por último, um terceiro desafio refere-se à socialização de saberes que vão além do senso comum, superando a visão simplista de culpabilização de famílias, fortalecendo a perspectiva cultural que as vislumbrem como sujeitos de direitos e inseridos numa lógica contraditória do capitalismo, onde também sempre haverá pessoas fora do mercado de trabalho.

E, ainda, apresentamos outra indagação: Como implementar projetos de extensão com característica emancipatória, desconstruindo os estigmas e preconceitos da cultura neoliberal? Considerando a particularidade das comunidades atendidas nos Projetos de Extensão da UCB, a preocupação central, como desdobramento da nossa indagação, é até que ponto será possível construir uma pedagogia emancipatória sem a transformação desse modelo

“ **Portanto, a prática educativa na extensão é tarefa que exige sensibilidade social e histórica, aliada a uma rigorosa compreensão científica da realidade, que nos aproxima das particularidades dos oprimidos, para junto com estes buscar sua superação.** ”

de sociedade que gera injustiças? De acordo com Freire (1986), desenvolver um trabalho nos moldes de mudança social requer dos educadores o desafio de se assumirem num processo de transformação da realidade, tendo como resultado a mudança dos atores envolvidos.

Portanto, a prática educativa na extensão é tarefa que exige sensibilidade social e histórica, aliada a uma rigorosa compreensão científica da realidade, que nos aproxima das particularidades dos oprimidos, para junto com estes buscar sua superação. Finalmente,

reafirmamos algumas considerações de Paulo Freire (1986), referentes à prática do educador. Primeiro, é necessário ter em mente que, no trabalho educativo, sem perder de vista o afeto às crianças negadas no seu direito de ser, o nosso amor só se manifesta autenticamente quando a intenção explícita é criar um mundo diferente.

Segundo, o educador tem que se assumir enquanto tal. "O educador é educador mesmo e não tem porque ter vergonha de sê-lo. E o educando é educando mesmo" (FREIRE, 1986, p. 13). Os dois têm papéis diferenciados no processo educativo, que não podem ser confundidos. No entendimento de Paulo Freire, o educador tem, no mínimo, uma presença anterior ao mundo, em relação ao educando; tem um conhecimento, e se supõe que tenha clareza quanto aos objetivos de seu trabalho.

Terceiro, para desenvolver um trabalho educativo com a comunidade, o ponto de partida para os educadores é o entendimento de sua própria cotidianidade enquanto uma identidade particular, de classe social, de valores, de aspirações, de medos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social**. Brasília: Letra Livre/ Editora da UnB, 2006.
- _____. Seguridade Social na América Latina. In: BOSCHETTI et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.
- BRANCO, Mariana; AMORIN, Diego. Desigualdade social persiste no DF. **Correio Brasiliense**, 15 de setembro de 2010. Caderno Cidades. . set. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia182/2010/09/12/cidades,i=212577/DESIGUALDADE+SOCIAL+PERSISTE+NO+DF.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2010.
- CEPAL;PNUD;OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília, 2008.
- CHENAIS, François. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: HELLER, Agnes et al. **A crise dos paradigmas nas ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1999.
- CUNHA, Alda Maria B.; FARIA, Sandra de. A política de extensão da UCG. **Pedagogias da Extensão. Revista Diálogos**, v. 9, Brasília/Ed. Universa, 2008.
- GONZALEZ, Roberto et al. Regulação das relações de trabalho o Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. n. 17, 2009.
- LINS, Cilene S. B. **A batalha do feminino**. 2002. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília – UnB, 2002.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Editora Biotempo/ Unicamp, 2002.
- _____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Biotempo Editorial/ 2006. p. 27 -44.
- _____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- OLIVEIRA, Carlos; MATTOSO, Jorge (Orgs.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.
- OLIVEIRA, Carlos et al. (Orgs.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final século**. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Revista Ser Social**, n. 18, p. 229-252, Brasília, UnB, jan/jun, 2006.
- _____. Desafios e Demandas Contemporâneos para o Serviço Social. Desemprego, desigualdade e violência. **Ser Social: revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social**, n. 19, Brasília, SER/UnB, 2006a.
- POCHAMANN, Márcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.
- TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**. São Paulo: Cortez, 2004. Universidade Católica de Brasília. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Brasília: Universa, 2008.
- Universidade Católica de Brasília. **Diretrizes da extensão da Universidade Católica de Brasília**. Brasília: Universa, 2009.